

RESUMO - 01. EPISTEMOLOGIAS CRÍTICAS E ENFRENTAMENTOS À
VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA POLÍTICA E NA ACADEMIA| HÍBRIDO

**O PODER QUE SILENCIA: A VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO E OS
DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL**

Ana Luiza Nunes (analuizacnunes1901@gmail.com)

Filomena Luciene Cordeiro Reis (filomena.reis@unimontes.br)

Ana Beatriz Galindo De Souza (beatrizgalindosouza@gmail.com)

A violência política de gênero consiste em ações ou condutas destinadas a desvalorizar, oprimir ou impedir a atuação política das mulheres, manifestando-se de forma simbólica, psicológica, moral, física ou virtual. Ela ocorre tanto no interior dos partidos quanto durante campanhas eleitorais e no exercício dos mandatos. No Brasil, a Lei nº 14.192/2021 representou um marco jurídico ao estabelecer normas para prevenir e combater essa forma de violência, reconhecendo o direito das mulheres para exercerem sua cidadania política de maneira plena e segura. A participação feminina na política brasileira tem aumentado nas últimas décadas, resultado de lutas históricas dos movimentos feministas e da ampliação da consciência social sobre a desigualdade de gênero. Contudo, esse avanço ainda ocorre em meio a um cenário marcado pela violência política de gênero, que silencia e deslegitima a presença das mulheres nos espaços de poder. Esse fenômeno expressa-se como reflexo do patriarcado, sustentando práticas históricas de exclusão e dominação masculina. Nesse sentido, essa pesquisa objetiva analisar as legislações sobre a temática, verificando casos concretos ocorridos no Brasil. Para tanto, a metodologia adotada para estudo consiste em revisão bibliográfica e pesquisa

documental, em especial as leis que tratam do assunto e processos judiciais/eleitorais de caráter público e acessado como relatório no site <https://www.jusbrasil.com.br/acompanhamentos/processos>. Constatase que a violência política de gênero é um obstáculo grave à consolidação da democracia representativa no Brasil. Embora haja avanços legislativos e simbólicos, ainda são urgentes medidas que garantam condições reais de igualdade e segurança para as mulheres na política. O cumprimento efetivo da Lei nº 14.192/2021, aliado as estratégias educativas e institucionais, é essencial para transformar estruturas de poder e consolidar uma cultura política livre de violência. Somente assim será possível construir uma democracia verdadeiramente inclusiva, plural e justa.

Palavras-chave: violência política de gênero; mulheres na política; desigualdade de gênero.